

É o trabalho dos "urubus" para garantir sua "carniça"

Nem sempre os urubus voam em círculos em cima de uma carniça. Muitas vezes eles são atraídos pelo simples pressentimento da morte e, frequentemente, aproximam-se e atacam a vítima moribunda antes que ela morra.

O espetáculo que estamos presenciando no cenário político nacional neste momento nos recorda essa imagem. O animal doente, próximo da morte se não for socorrido a tempo, é o organismo administrativo e econômico do País. Prostrado, em estado de agonia, ele começa a ser atacado pelas aves de mau agouro da política brasileira.

Aquilo a que assistimos agora, junto com o encurtamento do mandato do presidente José Sarney e com a contraditória aprovação da emenda parlamentarista para ser aplicada em 15 de março do próximo ano — a aprovação de uma série de medidas na área econômica e social que vêm somar-se a outras que só comprometem o futuro do Brasil —, é o lúgubre bater de asas desses urubus.

Como acontece com aqueles animais quando atacam suas presas, também os urubus mais fortes e mais ousados da nossa política já tratam de enxotar os mais fracos para evitar a concorrência no festim macabro.

No momento, o grupo dos urubus do Planalto foi enxotado pelo grupo dos urubus do Legislativo.

Algumas medidas aprovadas pelos urubus-parlamentares serão de difícil reversão no plenário da Constituinte. Entre elas está a da convocação de eleições presidenciais para o próximo ano. A sociedade brasileira, no entanto, precisa se mobilizar para alterar o roteiro do golpe traçado pela Comissão de Sistematização sob a capa das diretas-já. O trabalho deverá começar pela suspensão imediata do logro que representará para a população brasileira, já lograda uma vez pelos mesmos urubus, a realização de eleições apenas para presidente em dois turnos e por maioria absoluta, quando já está aprovado o regime parlamentarista para daqui a quatro meses. Eles querem convencer o povo brasileiro a aceitar eleger, com mais de 40 milhões de votos (maioria absoluta), o presidente dos seus sonhos, para ficar submetido a um primeiro-ministro escolhido por eles, depois de ter sido eleito com dez ou quinze mil votos em alguma obscura localidade do Brasil. Se se quiser o parlamentarismo, tudo bem. Mas vamos eleger um novo parlamento, conscientes de que estamos elegendo o futuro poder executivo antes. Se se quiser manter o presidencialismo, tudo bem também. Mas vamos eleger junto com ele um novo parlamento que não viva em atrito com ele ou impedindo-o de governar, porque este filme nós já vimos.

Em outras palavras: se tivermos apenas eleições presidenciais (também imprescindíveis) e ficarmos com este Legislativo que só "nos ferrou" até aqui, continuaremos estacionados, Deus sabe por quanto tempo ainda, nisto que se chamou até agora de "transição" e acabaremos saindo dela pela mesma porta pela qual entramos...

Mas não é só para desfazer o "nó" pelo qual eles não nos deixam trabalhar hoje que precisamos lutar. Precisamos desfazer também tudo que a Comissão de Sistematização da Constituinte está arquitetando para não nos deixar trabalhar no futuro. Alguns exemplos:

1. No campo social, a pretexto de proteger os trabalhadores, a Sistematização reinventou a estabilidade no emprego, impôs a jornada semanal de trabalho de 44 horas, aumentou a licença-maternidade de três para quatro meses, decisões que irão criar tais dificuldades econômicas para a imensa maioria das empresas que, na verdade, irão é acabar com os empregos.

2. Na área da seguridade social, os constituintes decidiram que os trabalhadores, ao se aposentar, terão o direito ao salário integral do último mês de atividade sem limite máximo dando igualdade de direitos a um trabalhador que ganha três mil cruzados e a um que ganha mais de 150 mil, o que, em princípio, é justo. No entanto, a medida acabará quebrando a Previdência, condenando todos os aposentados à miséria.

3. Na área tributária, em que pese o elogável espírito descentralizador da proposta, o resultado prático da investida da Sistematização será mais um avanço sobre os contribuintes: inventou-se um imposto de renda estadual, deixou-se nas mãos dos governadores estaduais a fixação da alíquota de ICM (o que, por experiência, sabemos que é uma temeridade), alargou-se a possibilidade do governo federal de criar impostos por meio dos empréstimos compulsórios e, por fim, criou-se um vago "imposto sobre as grandes fortunas", figura de difícil e subjetiva definição, como se fosse um crime trabalhar e criar riquezas e como se quem trabalha já não fosse suficientemente penalizado pelo imposto de renda. Como advertiu o senador Roberto Campos, esse furor fiscal, ao invés de produzir um "efeito-recelta", acabará produzindo um "efeito-fuga", com a queda nos investimentos produtivos.

4. Na área econômica, as medidas são de arrepiar: inventou-se uma definição para empresa nacional que desestimula os investimentos estrangeiros; as empresas de capital estrangeiro ficarão proibidas de operar na pesquisa, lavra e exploração de minérios; as empresas estrangeiras estarão proibidas também de participar na distribuição de petróleo e derivados, agora um monopólio da Petrobrás que só poderá ser precariamente aberto a grupos nacionais. Para completar, por iniciativa dos nacionais-estatizantes de sempre, o mercado interno passará a ser considerado "patrimônio nacional", o que abre caminho para a instituição de qualquer tipo de reserva de mercado na economia brasileira, como se já não bastassem os prejuízos que essa política na área de informática vem causando ao Brasil. Tudo isso num país que precisa desesperadamente de capitais de risco e que vem experimentando quedas constantes em suas taxas de investimentos: elas deverão fechar este ano em 16,6% contra 17,7% no ano passado, quando a previsão do Plano de Controle Macroeconômico era de um crescimento para 19,5%.

São por essas e outras que achamos que, se as omissões dos urubus-palacianos justificam plenamente que eles sejam enxotados, as ações dos urubus-legislativos justificam mais ainda que eles também sejam, antes que a economia brasileira se transforme em carniça.

Esta é a única forma de restaurar a confiança da sociedade brasileira. De outro modo, vamos entrar irremediavelmente no mesmo processo que a Argentina começou a viver há mais de 30 anos: um processo de perda progressiva de substância econômica até o mergulho final na miséria que, no caso brasileiro, aconteceu muito mais rápida e dolorosamente do que aconteceu na Argentina porque nós não partimos da invejável posição que tinha o nosso vizinho nos anos 40...